

A large Brazilian flag is displayed prominently in the background, attached to a pole on the left side. The flag is waving in the wind against a dark blue sky. The colors of the flag are green, yellow, and blue.

SIMULADO FINAL

CNU

|| 2025 ||

Bloco Temático 9 - Intermediário:
Regulação - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU para o Bloco Temático 9 - Intermediário: Regulação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MmeEGz9fwob7SqHp7>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/uAC5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra*

1. Assinale a alternativa em que a substituição de uma oração adjetiva por um adjetivo não tenha sido feita de forma adequada:

- a) O homem **que nasceu na Espanha** partiu. / O homem **espanhol** partiu.
- b) O prédio **que fica no centro** é antigo. / O prédio **central** é antigo.
- c) O aluno **que estuda muito** será aprovado. / O aluno **estudante** será aprovado.
- d) A mulher **que gosta de música** chegou. / A mulher **melômana** chegou.
- e) A atitude **que causa ânimo** é bem-vinda. / A atitude **animadora** é bem-vinda.

2. Assinale abaixo a opção que apresenta a forma inadequada de se reescrever uma oração reduzida na sua forma desenvolvida.

- a) É necessário respeitar as regras. / É necessário que se respeitem regras.
- b) O aluno prometeu estudar bastante. / O aluno prometeu que estudaria bastante.
- c) Os pais desejam ver os filhos felizes. / Os pais desejam que os filhos sejam felizes.
- d) O governo precisa urgentemente investir em educação. / O governo precisa urgentemente que se investisse em educação.
- e) É proibido fumar neste local. / É proibido que se fume neste local.

3. Assinale a opção em que o gerúndio tenha sido mal empregado.

- a) Os meninos estavam **brincando no pátio** quando a chuva começou.
- b) Ela passou a tarde **lendo um romance**.
- c) Vi o atleta **correndo pela praia** ao amanhecer.

d) O cachorro entrou em casa, **abanando o rabo** de alegria.

e) Caiu um raio na mata, **incendiando** muitas árvores.

4. Assinale a única alternativa em que o raciocínio tenha sido construído de modo indutivo.

- a) O futebol, sendo um fenômeno cultural que ultrapassa fronteiras e mobiliza multidões de diferentes classes sociais, religiões e origens, teve sua grandeza sintetizada na figura de Pelé, cuja genialidade dentro de campo se tornou símbolo eterno do esporte.
- b) O choro de Baggio após perder o pênalti na final da Copa de 1994 mostrou, de forma pungente e inesquecível, como o futebol pode condensar em um único instante a glória e a tragédia, a alegria e a frustração, sentimentos que definem o esporte em sua universalidade.
- c) As torcidas organizadas, com sua paixão incontrolável, cantos incessantes e bandeiras que transformam arquibancadas em verdadeiros espetáculos visuais, encontram no caso da Gaviões da Fiel um dos maiores exemplos de identidade coletiva ligada a um clube.
- d) A emoção do gol, que é capaz de unir desconhecidos em abraços repentinos e lágrimas de pura felicidade, ganhou uma de suas cenas mais emblemáticas quando Maradona marcou o famoso gol contra a Inglaterra na Copa de 1986.
- e) A relação do futebol com a economia global, movendo cifras bilionárias em patrocínios, transmissões e transferências de jogadores, pode ser ilustrada pelo caso de Neymar, cuja saída do Barcelona para o PSG foi a transferência mais cara da história.

5. Assinale a única opção em que tenha sido empregada uma real oposição.

a) O desempregado busca diariamente novas oportunidades, mas raramente encontra respostas positivas.

b) Ele se sente desvalorizado, porém mantém a esperança de um futuro melhor.

c) O desempregado envia inúmeros currículos, contudo as portas do mercado parecem continuar fechadas.

d) Ele vive com dificuldades financeiras, todavia conserva a dignidade diante dos desafios.

e) O jovem perdeu o trabalho, mas ganhou novas chances de estudar.

6. Assinale a opção em que a preposição ‘sem’ tenha valor semântico diferente das demais.

a) Ele respondeu à pergunta sem hesitação, demonstrando segurança.

b) O atleta seguiu correndo sem olhar para trás, confiante na vitória.

c) Ele conseguiu viajar sem qualquer recurso.

d) O orador discursou longamente sem pausa, prendendo a atenção da plateia.

e) A criança atravessou a rua sem cuidado, quase provocando um acidente.

7. Assinale a única alternativa em que a estratégia argumentativa apresentada ao lado não esteja adequadamente reconhecida.

a) Se os investimentos em educação básica aumentarem, os índices de produtividade do país certamente crescerão. / Dados estatísticos

b) Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego caiu no último trimestre, o que demonstra melhora nas condições econômicas. / Discurso de autoridade

c) A leitura transforma vidas: basta observar projetos sociais em comunidades carentes que oferecem bibliotecas e mostram jovens resgatados da criminalidade. / exemplificação

d) Assim como uma planta precisa de água constante para sobreviver, a democracia necessita da participação contínua dos cidadãos para se manter viva. / analogia

e) Muitos afirmam que a tecnologia afasta as pessoas, mas, na realidade, ela tem criado novas formas de interação e aproximação entre culturas distintas / refutação

8. Assinale a opção em que tenha acontecido um erro de pontuação.

a) O universo democrático, realmente, se fortalece quando a participação cidadã não se limita ao voto, mas se estende ao acompanhamento crítico das ações governamentais.

b) Em um universo democrático saudável, a diversidade de opiniões não é apenas tolerada, mas valorizada como condição essencial para o equilíbrio social.

c) A liberdade de imprensa atua como pilar indispensável no universo democrático, garantindo que abusos de poder sejam expostos e discutidos, publicamente.

d) Os direitos individuais no universo democrático caminham lado a lado com as responsabilidades coletivas, estabelecendo um pacto de respeito mútuo.

e) A justiça, quando funciona de maneira autônoma e imparcial, é a engrenagem que impede retrocessos no universo democrático.

9. Assinale a opção em que a retomada do elemento destacado tenha sido feita de forma diferente das demais.

- a) A **manga** foi colhida ainda pela manhã, diretamente do pé que crescia no quintal da casa; a **fruta** foi servida gelada no almoço, trazendo frescor e suavidade ao ambiente familiar.
- b) João decidiu investir na compra de um **fusca** antigo, que encontrou em perfeito estado numa feira de automóveis clássicos; o **carro** passou a ser o seu xodó, usado em passeios de fim de semana pelas estradas da serra.
- c) O **aluno** passou a semana inteira revisando conteúdos de gramática e literatura para a prova final; o **estudante**, ao ser avaliado, mostrou segurança nas respostas e obteve a melhor nota da turma.
- d) O **CNJ** visa aprimorar o trabalho do Poder Judiciário brasileiro, promovendo a transparência, eficiência e a defesa dos direitos humanos. A atuação do **órgão** está ligada à fiscalização dos tribunais e juízes por meio de correições e inspeções.
- e) A **rosa** vermelha, cuidadosamente escolhida pelo rapaz, foi entregue no aniversário da namorada; a **flor** simbolizou o amor e deixou marcada a ternura daquele instante.

10. Assinale a opção em que a preposição destacada (contraída ou não) tenha mero valor relacional.

- a) Os vulcões são aberturas na crosta terrestre por onde o magma do interior **do** planeta pode ser expelido.
- b) Durante uma erupção vulcânica, gases tóxicos e cinzas são lançados **na** atmosfera, alterando o clima local.
- c) Algumas ilhas oceânicas, como o Havaí, foram formadas pela atividade **de** vulcões submarinos.
- d) Apesar da destruição **da** terra, os vulcões também fertilizam o solo, tornando-o rico em minerais.
- e) O Vesúvio, na Itália, é um dos vulcões mais famosos da história **por** ter soterrado as cidades de Pompeia e Herculano.

REALIDADE BRASILEIRA*Géssica Ehle*

11. O fenômeno da “adultização” decorre da atribuição de responsabilidades, comportamentos ou papéis sociais típicos de adultos a crianças ou adolescentes, muitas vezes ocasionando a violação de seus direitos, expondo-as a práticas de violência. Diante dos intensos debates ocorridos diante da diminuição do período de *vacatio legis* do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, Lei nº 15.211/2025, conhecida como “Lei Felca”, é incorreto o que se afirma em:

- a) tal fenômeno oriundo da atual sociedade da informação, põe a prova o princípio do superior ou melhor interesse de criança ou adolescente, uma vez que deverá preponderar a vontade dos pais ou responsável legal
- b) observa ao princípio do reconhecimento do peculiar estágio de desenvolvimento
- c) está compreendida sob o prisma da proteção integral
- d) versa sobre a prevenção quanto à ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes
- e) respeita tanto a doutrina da proteção integral quando à autonomia progressiva

12. Joana deseja prestar concurso público para o cargo de professora da rede municipal de educação de um pequeno Município ao sul de Minas Gerais. Ao ler o edital do concurso, ficou surpresa com o limite de idade referido pela banca, 55 anos. Inconformada com os termos do edital, Joana, que tem 60 anos, procura um advogado para tirar suas dúvidas. Diante do exposto, Joana

- I. tem razão, uma vez que é absolutamente proibida a fixação de limite máximo de idade para a realização de quaisquer concursos públicos.
- II. está certa em procurar seus direitos, pois em regra não poderá ser fixado limite máximo de idade para a realização de provas para concursos públicos, indiscriminadamente.
- III. não tem fundamento legal para buscar retificação do texto do edital, uma vez que se admite a fixação de limite máximo de idade, contudo o erro do edital está somente em afixar a idade em 55 anos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) I e II.
- e) II e III.

13. Ana é uma criança indígena e está em processo de adoção. Quanto à jurisprudência atual, sobre o processo de adoção de Ana, analise os itens a seguir.

- I. A presença obrigatória da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, atrai a competência para a Justiça Federal.
- II. A intervenção da FUNAI, perante a equipe multiprofissional ou interdisciplinar, é obrigatória, em razão do caráter de ordem pública e do respeito à identidade social e cultural, aos costumes, às tradições e às instituições indígenas, bem como para verificar o adequado acolhimento do menor e a proteção de seus interesses.
- III. A adoção de criança indígena por membros de sua própria comunidade ou etnia é prioritária e recomendável para proteger a identidade social e cultural, podendo-se excluir a adoção fora desse contexto.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) I e II.
- e) II e III.

REALIDADE BRASILEIRA*Leandro Signori*

14. A transição energética e o combate às mudanças climáticas representam um desafio urgente para a sociedade contemporânea, exigindo uma mudança de paradigma em relação ao modo como produzimos, consumimos e nos relacionamos com a energia.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A dependência contínua de combustíveis fósseis na matriz energética está diretamente ligada ao agravamento das mudanças climáticas, tornando urgente a necessidade de uma transição energética para fontes limpas e renováveis.
- b) Na atualidade, as tecnologias de captura e armazenamento de carbono mitigam completamente os efeitos das emissões de combustíveis fósseis.
- c) A mudança climática é amplamente influenciada pela exploração de recursos naturais não renováveis, enquanto a transição energética para fontes renováveis é uma medida secundária para lidar com o problema.
- d) As fontes de energia não renováveis são mais sustentáveis do que as fontes de energia renováveis, pois não dependem das condições climáticas e estão disponíveis de forma constante.
- e) A transição para fontes renováveis é uma estratégia para mitigar os impactos das mudanças climáticas, mas não é uma prioridade imediata devido aos altos custos de implementação.

15. O Brasil desempenha um papel central no cenário global do desenvolvimento sustentável e na luta contra as mudanças climáticas. Com sua vasta extensão territorial e riqueza natural, o país tem uma responsabilidade significativa na preservação da biodiversidade e na redução das emissões de gases de efeito estufa. A sua contribuição vai além das fronteiras nacionais, influenciando acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e assumindo compromissos para a proteção da Amazônia, uma peça-chave no equilíbrio climático

mundial. No entanto, os desafios persistem, e é fundamental encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a conservação ambiental para garantir um futuro sustentável.

A respeito desse assunto são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Apesar da elevada participação de fontes de energia renováveis e não poluentes em sua matriz energética, caracterizando-o como um dos países com a matriz mais renovável do mundo, o Brasil se posiciona entre os maiores emissores de gases do efeito estufa no mundo.
- II. O setor que mais contribuiu nos últimos anos para a emissão de poluentes na atmosfera no país é a mudança do uso da terra, seguida pelo setor de energia.
- III. A redução do desmatamento na Amazônia não se encontra entre os principais desafios do Brasil no cumprimento das metas apresentadas perante o Acordo de Paris, uma vez que esse tratado enfatiza a redução das emissões de carbono por meio da queima de combustíveis fósseis.
- IV. As mudanças climáticas têm o potencial de afetar com mais intensidade as populações de áreas periféricas dos centros urbanos, onde há menos infraestrutura e assistência para lidar com eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais ou calor extremo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

16. As diferenças se materializam no espaço urbano brasileiro. A população com menos poder econômico tende a residir em áreas mais afastadas e menos acessíveis aos grandes centros econômicos, apresentando uma baixa disponibilidade de infraestruturas. Já a população com maior poder econômico habita em áreas mais bem localizadas, mais centrais e com boa infraestrutura.

Essa descrição se relaciona diretamente com o conceito de:

- a) Gentrificação.
- b) Estratificação residencial.
- c) Exclusão social.
- d) Diversidade urbana.
- e) Segregação espacial.

17. O contexto urbano brasileiro é marcado por uma série de desafios socioeconômicos e disparidades no acesso a serviços básicos. Dentre os fatores que contribuem para esse cenário, destacam-se a distribuição desigual de recursos, a carência de infraestrutura adequada e o crescimento populacional nas áreas urbanas.

Considerando esses aspectos, assinale a alternativa que melhor descreve uma manifestação das desigualdades urbanas no Brasil.

- a) A concentração populacional nas áreas urbanas é uniformemente distribuída, refletindo um padrão equitativo de ocupação do espaço urbano.
- b) As desigualdades urbanas são causadas principalmente pela carência de recursos naturais nas cidades e pela sua má conservação, o que limita o desenvolvimento econômico e social.
- c) O acesso a serviços básicos de infraestrutura urbana, como saneamento básico e transporte público de qualidade, embora deficitário, é igualmente garantido para todas as camadas da população.
- d) A gestão inadequada do espaço urbano e a ausência de políticas públicas eficazes contribuem

para a permanência de precárias condições de vida em muitas cidades do país.

e) As desigualdades urbanas são ínfimas no Brasil, uma vez que todas as cidades têm uma distribuição equilibrada de renda e oportunidades socioeconômicas.

18. A concentração da renda e da riqueza é um fenômeno presente em muitos países, incluindo o Brasil, e está diretamente relacionada às desigualdades sociais. No contexto brasileiro, a concentração de renda é influenciada por diversos fatores, como políticas tributárias regressivas, falta de acesso à educação de qualidade e herança histórica de exclusão social. Essa concentração impacta negativamente não apenas a distribuição de recursos, mas também a dinâmica econômica do país, gerando um ciclo de pobreza e desigualdade difícil de ser quebrado. Uma das principais consequências da concentração de renda e riqueza no Brasil é:

- a) O fortalecimento do mercado interno, já que a parcela mais rica da população tende a investir em bens de luxo e produtos importados.
- b) A diminuição das disparidades sociais, pois a concentração de renda estimula a competição no mercado de trabalho, aumentando as oportunidades para todos.
- c) A perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que as oportunidades de ascensão social são limitadas para os mais pobres.
- d) A diminuição do consumo e a consequente estagnação econômica, pois a maior parte da população não possui renda suficiente para adquirir bens e serviços.
- e) A diminuição da competitividade internacional, uma vez que a desigualdade impacta negativamente na capacidade produtiva do país.

19. A transição para fontes de energia mais limpas e renováveis tem sido amplamente discutida como uma resposta aos desafios ambientais e climáticos globais. No contexto brasileiro, um dos principais debates envolve a utilização da energia hidrelétrica, que historicamente tem sido a principal fonte de eletricidade no país.

Considerando essa questão, analise o seguinte cenário hipotético:

Em uma região remota da Amazônia brasileira, o governo planeja construir uma grande represa para aproveitar o potencial hidrelétrico do rio local. No entanto, essa iniciativa tem gerado preocupações entre ambientalistas e comunidades indígenas da região, que temem os impactos negativos sobre o ecossistema e seus modos de vida tradicionais.

A respeito desse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A energia hidrelétrica é uma fonte de energia renovável, porém, poluente, que contribui para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e intensifica os impactos adversos nas mudanças climáticas globais.
- b) A oposição à construção da represa é motivada principalmente por interesses políticos e econômicos de grupos contrários ao desenvolvimento da região amazônica, sem considerar os impactos para o meio ambiente e para as comunidades locais.
- c) A construção da represa representa um avanço significativo na transição energética do Brasil, mas poderá aumentar a dependência de combustíveis fósseis e comprometer a sustentabilidade ambiental em longo prazo.
- d) A energia hidrelétrica é uma fonte de energia renovável e limpa, no entanto, a sua construção pode resultar em impactos ambientais significativos, como o deslocamento de comunidades locais, a inundação de áreas florestais e a alteração dos ecossistemas aquáticos.
- e) Os impactos ambientais da construção da represa, como o desmatamento e a perda de

biodiversidade, são justificados pelos benefícios econômicos e sociais que a infraestrutura proporcionará à região.

20. As disparidades regionais no Brasil são acentuadas e destacam a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento equitativo e sustentável, garantindo oportunidades igualitárias para todas as regiões do país. A respeito desse assunto, analise as afirmativas a seguir:

- I – As disparidades regionais no Brasil são atribuídas às diferenças nas características naturais entre as regiões brasileiras.
- II - O Sudeste concentra mais da metade do PIB brasileiro, refletindo uma significativa disparidade econômica em relação às outras regiões, o que destaca a persistência das desigualdades regionais no país.
- III - As regiões Norte e Nordeste do Brasil se destacam pelo seu elevado Índice de Gini, indicando uma distribuição de renda mais equitativa em comparação com as regiões Sul e Sudeste.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

21. Na cidade de Santa Clara, a prefeita Maria Helena autorizou a realização de uma licitação para contratação de serviços de informática. Durante o processo, verificou-se que a empresa vencedora era de propriedade de seu cunhado, e que o edital havia sido redigido com cláusulas que, na prática, restringiam a participação de concorrentes. Além disso, parte dos contratos assinados pela Prefeitura não foi publicada em diário oficial ou em portal de transparência.

Considerando o princípio da moralidade administrativa, assinale a opção correta.

- a) A celebração de contratos administrativos com empresa pertencente a familiar da prefeita, mesmo que mediante licitação direcionada, não compromete a moralidade administrativa, pois o critério de experiência técnica basta para legitimar a contratação.
- b) A ausência de publicação de contratos administrativos em veículo oficial de divulgação é irregularidade meramente formal, que não compromete a validade do ato, já que a publicidade não integra o princípio da moralidade administrativa.
- c) A moralidade administrativa exige probidade, transparência e impessoalidade na condução dos processos licitatórios, sendo nulos os atos que visem ao favorecimento pessoal ou que restrinjam a ampla competitividade.
- d) A moralidade administrativa limita-se aos aspectos políticos da atuação governamental, não se aplicando às hipóteses em que a ilegalidade já possa ser identificada, como no direcionamento de editais de licitação.
- e) O princípio da moralidade administrativa não tem relação direta com o dever de publicidade, razão pela qual a falta de publicação de contratos administrativos não pode ser considerada violação à moralidade.

22. O Governo Federal, visando ampliar a eficiência na gestão do tráfego aéreo, decidiu instituir por lei a Agência Nacional de Aviação Aeroespacial, uma autarquia de regime especial, com a finalidade de regular e fiscalizar o setor. Paralelamente, firmou contrato de concessão com a empresa privada VoaBrasil S.A., transferindo a esta a execução de determinados serviços aeroportuários, como manutenção e operação de pistas regionais.

Considerando os conceitos de Administração Direta, Indireta, centralização, descentralização e desconcentração, assinale a opção correta.

- a) A criação da Agência Nacional de Aviação Aeroespacial, como autarquia, integra a Administração Direta e é exemplo de centralização administrativa, já que o Estado conserva em si a titularidade e execução do serviço.
- b) O contrato firmado com a empresa VoaBrasil S.A. caracteriza hipótese de desconcentração, pois houve transferência da execução do serviço para entidade privada, que atua como órgão integrante da estrutura estatal.
- c) Tanto a criação da autarquia quanto a concessão de serviços à VoaBrasil S.A. configuram centralização administrativa, pois a União, em ambos os casos, continua responsável pela execução das atividades públicas.
- d) A execução de serviços aeroportuários pela VoaBrasil S.A. é caso de descentralização por outorga, em que o Estado mantém a titularidade, mas transfere a execução da atividade a pessoa jurídica de direito privado.
- e) A constituição da Agência Nacional de Aviação Aeroespacial representa exemplo de descentralização por outorga, pois o Estado criou pessoa jurídica de direito público e a investiu na titularidade e execução de atividade administrativa específica.

23. No que concerne aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- a) O poder hierárquico permite que a Administração Pública discipline as relações de subordinação, inclusive aplicando sanções a particulares.
- b) O poder disciplinar consiste na possibilidade de a Administração aplicar sanções a servidores e particulares sujeitos à disciplina interna da Administração.
- c) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Executivo a editar decretos autônomos sobre qualquer matéria, inclusive para criar obrigações não previstas em lei.
- d) O poder de polícia deve sempre ser exercido de forma vinculada, sem margem para discricionariedade.
- e) O poder disciplinar pode ser exercido diretamente sobre qualquer cidadão, independentemente de vínculo jurídico com a Administração.

24. A respeito dos atos administrativos, seus atributos, classificação e formas de extinção, assinale a opção correta.

- a) O atributo da imperatividade confere aos atos administrativos a possibilidade de impor obrigações aos administrados independentemente de sua concordância.
- b) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta, não admitindo prova em contrário.
- c) A revogação do ato administrativo é possível mesmo quando o ato estiver eivado de ilegalidade.
- d) A cassação é forma de extinção do ato administrativo praticada pela própria Administração, quando há vício de legalidade.
- e) Atos discricionários não estão sujeitos ao controle judicial, pois se referem a mérito administrativo.

25. Durante uma perseguição policial nas ruas da cidade de Aurora, um policial militar, ao efetuar disparos de arma de fogo de forma imprudente, atingiu um pedestre que passava pelo local, causando-lhe lesões graves. A vítima ajuizou ação contra o Estado, que foi condenado a indenizar os danos. Surge, então, a discussão sobre a possibilidade de o Estado propor ação regressiva contra o agente causador do dano.

Sobre o direito de regresso na responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) O direito de regresso contra o agente público é automático, sempre que o Estado indenizar o particular.
- b) A ação regressiva depende de comprovação de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- c) A responsabilidade civil do agente é objetiva, de modo que não se exige demonstração de culpa ou dolo.
- d) O direito de regresso é afastado quando o dano decorre de ato omissivo do agente público.
- e) O Estado, ao indenizar o particular, fica impedido de demandar o agente público em qualquer hipótese.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

26. Em um seminário de Direitos Humanos, três pesquisadores apresentam as seguintes teses:

A primeira sustenta que os direitos de primeira geração surgiram ainda no século XVII, no bojo da Revolução Industrial, e se caracterizam por exigir do Estado uma postura de atuação positiva, garantindo igualdade material.

O segundo afirma que a fraternidade inspira os direitos de terceira geração, voltados à proteção de interesses difusos e transindividuais, como o meio ambiente, a paz e o patrimônio comum da humanidade.

O terceiro defende que a globalização política e o pluralismo configuram os direitos de quarta geração, mas que outros autores, como Bobbio, vinculam essa mesma dimensão a avanços genéticos e tecnológicos.

Com base nas classificações dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta

- a) O primeiro pesquisador está correto ao situar os direitos de primeira geração no século XVII, vinculados à Revolução Industrial.
- b) O segundo está incorreto, pois a fraternidade não se relaciona à terceira geração, mas à segunda, ligada aos direitos sociais.
- c) O terceiro está incorreto, pois Bobbio não associa a quarta geração à genética e à biotecnologia, mas à democracia e ao pluralismo político.
- d) O primeiro está incorreto quanto ao século e ao marco histórico, enquanto o segundo e o terceiro estão corretos em suas exposições.
- e) Todos estão corretos, pois a classificação de Karel Vasak, Bonavides e Bobbio coincide ao indicar os mesmos marcos históricos e os mesmos exemplos para cada geração de direitos.

27. Um município editou lei exigindo que motoristas de aplicativo se filiassem a uma associação local de transporte para obter autorização de funcionamento. Paralelamente, um grupo de associados ajuizou ação para que a própria associação defendesse judicialmente os interesses de todos os seus membros, com base em cláusula estatutária que previa autorização genérica para representação.

Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A exigência de filiação é constitucional, pois a liberdade de associação tem caráter apenas positivo, assegurando a qualquer pessoa o direito de se associar.
- b) A associação pode representar os filiados judicialmente mesmo sem autorização expressa, bastando previsão estatutária genérica.
- c) A exigência de filiação à associação é inconstitucional, pois a liberdade de associação também possui dimensão negativa, vedando a compulsoriedade.
- d) A associação pode representar seus membros em juízo independentemente de autorização, pois a liberdade de associação garante plena autonomia decisória da entidade.
- e) Tanto a obrigatoriedade de filiação quanto a representação estatutária genérica são válidas, já que a Constituição reconhece a função social das associações.

28. Hans, cidadão austríaco, obteve a nacionalidade brasileira por naturalização em 2010. Contudo, ocultou da Administração o fato de ter sido condenado criminalmente em seu país de origem. Anos depois, em 2024, ao tomar conhecimento de pedido de extradição, o Ministro da Justiça declarou, por meio de portaria, a perda da nacionalidade de Hans, sob o fundamento de que a naturalização fora obtida de forma fraudulenta. Inconformado, Hans impetrou mandado de segurança no STF, alegando que a decisão ministerial era constitucional.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) O ato do Ministro da Justiça é válido, pois a Administração Pública pode anular seus próprios atos a qualquer tempo quando eivados de vício de legalidade, especialmente se praticados com base em documentos falsos.
- b) O ato é inválido, pois, embora possível a perda da nacionalidade de naturalizado que frauda o processo de naturalização, esta somente pode ser declarada por decisão judicial transitada em julgado.
- c) O ato é inválido apenas porque se trata de brasileiro nato, já que a perda de nacionalidade por fraude só pode atingir brasileiros naturalizados.
- d) O ato é válido, porque a fraude cometida por Hans gera nulidade absoluta da naturalização, que pode ser declarada pela própria Administração, independentemente de decisão judicial.
- e) O ato é inválido, pois, após a EC 132/2023, não há mais possibilidade de perda de nacionalidade de brasileiros, sejam natos ou naturalizados.

29. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.
- e) Os cargos em comissão são de livre nomeação e não dependem de concurso público para serem preenchidos.

NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR*Paulo Sousa*

30. Carla comprou um celular novo em uma loja física. Após 20 dias de uso, o aparelho apresentou defeito no sistema operacional, impedindo o funcionamento adequado. Ao procurar a assistência técnica autorizada, foi informada de que o conserto poderia levar mais de 40 dias, não sendo possível prever um prazo menor. Insatisfeita, Carla procurou o PROCON, alegando que o prazo era abusivo. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta

- a) O fornecedor não possui obrigação de reparar o produto, bastando oferecer desconto na compra de um novo aparelho.
- b) O prazo máximo para reparo do produto é de 30 dias, após o qual o consumidor pode escolher entre substituição do bem, restituição da quantia paga ou abatimento proporcional no preço.
- c) O consumidor deve aguardar o prazo de até 90 dias para que o fornecedor realize o conserto, sendo esse o prazo máximo previsto em lei.
- d) O conserto só pode ser exigido se o consumidor tiver contratado garantia estendida junto ao fornecedor.
- e) O consumidor não pode exigir substituição ou devolução do valor, já que o prazo de 40 dias informado pela assistência técnica está dentro do limite legal.

por estabelecer normas, fiscalizar a atuação das empresas, incentivar boas práticas e mediar conflitos entre os interesses privados e o bem-estar coletivo. Essas medidas buscavam garantir a livre concorrência, a qualidade dos serviços públicos e a efetivação das políticas econômicas previstas na Constituição.

Com base no cenário descrito, assinale a alternativa que melhor representa o conceito de regulação adotado pelo Estado:

- a) A regulação é um mecanismo de controle absoluto do Estado sobre a economia, com eliminação da iniciativa privada.
- b) A regulação consiste apenas na concessão de subsídios e incentivos fiscais para estimular setores produtivos.
- c) A regulação é uma prática informal, sem respaldo constitucional, voltada à orientação voluntária dos agentes econômicos.
- d) A regulação é uma atividade pontual do Estado, aplicada apenas em momentos de crise econômica.
- e) A regulação é um conjunto de medidas estatais que visa garantir os princípios da ordem econômica, fiscalizar, normatizar, incentivar e mediar a atividade dos agentes privados, promovendo o interesse coletivo.

NOÇÕES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA*Nick Simonek*

31. O governo do país de Solária enfrentava um cenário de concentração econômica em setores estratégicos, como energia e telecomunicações. Grandes empresas dominavam o mercado, impondo preços elevados e dificultando o acesso da população a serviços essenciais. Diante disso, o Estado decidiu criar agências reguladoras com autonomia técnica e administrativa, responsáveis

MATEMÁTICA*Eduardo Mocellin*

32. Amanda, Bruna e Clarissa marcaram de se encontrar em um bar. Amanda chegou às 12h37min, Bruna chegou 23 minutos antes de Clarissa e Clarissa chegou às 13h16min.

O tempo que Bruna chegou depois de Amanda foi, em minutos,

- a) 16
- b) 15
- c) 14
- d) 13
- e) 12

33. Um ciclista percorreu um circuito com determinada velocidade média. Outro ciclista, mais experiente, percorreu o mesmo circuito com uma velocidade média 60% maior do que a do primeiro ciclista.

Em relação ao tempo que o primeiro ciclista levou para percorrer o circuito, o tempo do segundo ciclista foi:

- a) 60% maior
- b) 62,5% menor
- c) 60% menor
- d) 12,5% maior
- e) 37,5% menor

34. Em uma empresa, 20% dos funcionários apresentaram-se na segunda-feira com sintomas de alergia e, na terça-feira, 30% destes faltaram ao trabalho. Sabendo-se que o número de funcionários com alergia que faltaram ao trabalho na terça-feira é 15, o número total de funcionários da empresa é:

- a) 165
- b) 180
- c) 210
- d) 225
- e) 250

35. Um valor foi investido em um fundo que rende 25% ao ano em regime de juros simples. Sabendo-se que o rendimento total obtido foi equivalente a 5 vezes o valor inicial investido, o período de tempo que esse valor permaneceu investido foi de

- a) 5 anos
- b) 4 anos
- c) 20 anos
- d) 10 anos
- e) 12,5 anos

36. A quantidade de múltiplos de 9 entre 42 e 2026 é:

- a) 221
- b) 220
- c) 219
- d) 218
- e) 217

37. De uma caixa que continha chicletes, Arnaldo retirou uma quantidade X maior do que 300 e menor do que 400. Ele reparou que dividindo esses X chicletes em grupos de 9 ou em grupos de 12 ou em grupos de 15 chicletes, sempre sobrava 1 chiclete.

A soma dos algarismos desse número X é:

- a) 9
- b) 12
- c) 11
- d) 13
- e) 10

38. Uma loja de roupas vende blusas amarelas ou azuis. No último mês, $\frac{3}{5}$ do total de blusas vendidas eram amarelas e as demais, azuis. Ainda, $\frac{3}{10}$ do total de blusas vendidas de cada cor tinham estampa na frente e as demais, atrás. Se 216 blusas vendidas naquele mês eram amarelas com estampa na frente, então o número de blusas azuis com estampa atrás foi de

- a) 142
- b) 336
- c) 480
- d) 504
- e) 720

39. Em um posto de combustível, utilizam-se unidades de volume diversas como o "tanque", o "recipiente", a "medida" e o "litro". Nesse posto, 1 tanque de combustível equivale a 31 recipientes e, por sua vez, 1 recipiente equivale a 128 medidas.

Considere que 34 medidas são equivalentes a 1 litro.

Nesse posto, um tanque de combustível tem, aproximadamente:

- a) 98 litros
- b) 106 litros
- c) 117 litros
- d) 130 litros
- e) 147 litros

40. Uma grande quantidade de material precisa ser transportada para uma obra, e a equipe de logística calculou que, para realizar todo o transporte, seriam necessários 5 veículos trabalhando durante 12 dias. O transporte foi iniciado e, após 4 dias de trabalho, 3 veículos quebraram, sendo o restante do trabalho realizado apenas pelos 2 veículos restantes.

O tempo total que levou o transporte do material foi de

- a) 24 dias
- b) 28 dias
- c) 20 dias
- d) 36 dias
- e) 30 dias

41. Após o período de inscrição para um concurso público, a concorrência correspondia à razão de 20 candidatos para 7 vagas. No dia da prova faltaram 36 candidatos, e a concorrência passou a ser correspondente à razão de 19 candidatos para 7 vagas. O total de candidatos que se inscreveram nesse concurso é:

- a) 252
- b) 648
- c) 684
- d) 720
- e) 756

42. As fotografias de 60 servidores de certa seção da ANAC serão dispostas em uma parede, arrumadas em um formato retangular com determinado número de linhas e colunas. Sabe-se que a disposição das fotografias deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que a disposição das fotografias poderá ter é:

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8
- e) 10

43. Em um torneio de videogame, a quantidade de vitórias consecutivas obtidas por cada jogador em uma fase eliminatória foi registrada na tabela a seguir:

Vitórias consecutivas	Número de jogadores
0	1
1	2
2	3
3	5
4	4
5	2
6	3
7	3
9	1
10	1

A informação correta sobre esses dados é que a(o)

- a) mediana de vitórias consecutivas por jogador foi 2,5
- b) número médio de vitórias consecutivas por jogador foi de 4,28
- c) número total de vitórias consecutivas obtidas foi 47
- d) número total de jogadores com pelo menos uma vitória consecutiva foi 10
- e) número total de jogadores no torneio foi 72

44. Em uma competição de atletismo, 10 atletas estão inscritos para a prova de revezamento. Serão selecionados 3 atletas aleatoriamente para formar a equipe que representará o clube no próximo fim de semana.

A probabilidade de que o atleta Carlos seja selecionado para a equipe é de

- a) 30%
- b) 40%
- c) 50%
- d) 60%
- e) 70%

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**REGULAÇÃO***Nick Simonek*

45. O Estado Plau, com uma economia baseada em livre mercado, enfrentou um período de grande instabilidade social e econômica. A livre iniciativa, outrora vista como o motor do progresso, levou à formação de grandes conglomerados que monopolizaram setores estratégicos, prejudicando a concorrência e elevando preços. A desigualdade se acentuou, e serviços essenciais, como transporte e comunicação, tornaram-se inacessíveis para a maioria da população. Diante desse cenário de crise, o governo, sob a pressão popular, decidiu adotar um modelo de intervenção indireta, estabelecendo mecanismos de controle e garantindo a observância de princípios constitucionais. O objetivo central era conjugar os interesses privados com o interesse coletivo, corrigindo as distorções que o mercado não conseguiu solucionar por conta própria.

Considerando o contexto narrado e os conceitos apresentados no material de estudo sobre a evolução do modelo de Estado na economia, a atitude do governo do Estado Plau configura o modelo de:

- a) Estado Liberal, que busca a autorregulação do mercado e a não intervenção governamental para garantir a autonomia da vontade.
- b) Estado do Bem-Estar Social (Welfare State), que se caracteriza pela estatização de setores produtivos e pela forte intervenção direta na economia para prover serviços e bens essenciais.
- c) Estado Neoliberal Regulador, em que o poder público atua como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo as funções de fiscalização e planejamento para corrigir as falhas de mercado.
- d) Estado Intervencionista Direto, que atua como empresário, explorando diretamente a atividade econômica e competindo com a iniciativa privada.
- e) Estado Autorregulatório, em que a gestão econômica é totalmente delegada a agências

privadas e o Estado se abstém de qualquer ação de supervisão ou fomento.

46. Considerando o papel do Estado na ordem econômica, conforme estabelecido pelo Artigo 174 da Constituição Federal de 1988, que o define como agente normativo e regulador da atividade econômica, analise as afirmativas a seguir sobre as funções e a natureza do planejamento estatal:

- I. O planejamento exercido pelo Estado é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- II. As funções do Estado como agente regulador incluem fiscalização, incentivo e planejamento.
- III. O planejamento, embora função do Estado, não é obrigatório e pode ser considerado secundário em relação à fiscalização e ao incentivo.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) afirmativa(s):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

47. Conforme o Art. 174 da Constituição Federal, o Estado assume o papel de agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo competências de fiscalização, fomento e planejamento. Nesse contexto, a atuação regulatória estatal se manifesta por diversos meios.

Considerando o preceito constitucional e os meios de regulação mencionados, selecione a alternativa correta.

a) A função de incentivo, estímulo e promoção a determinadas atividades econômicas constitui um instrumento de regulação estatal que se enquadra nas funções de fiscalização e no exercício do poder de polícia.

b) O planejamento estatal é caracterizado como orientador para o setor privado e vinculante para o setor público, com o propósito de guiar e supervisionar a economia em sua totalidade.

c) A conciliação de interesses entre os setores público e privado representa um instrumento de regulação que se expressa por meio de atos normativos e da imposição de sanções administrativas.

d) O exercício do poder de polícia sobre a atividade econômica, através da emissão de normas restritivas e da aplicação de penalidades administrativas, é uma das formas de atuação regulatória do Estado.

e) O planejamento, enquanto função do Estado, opera de maneira uniforme sobre todos os agentes econômicos, sendo vinculante tanto para os setores público quanto privado.

48. A regulação estatal, em sua essência, representa um conjunto de ações e processos pelos quais o Estado intervém na economia e na sociedade.

Considerando as duas formas de compreensão da regulação estatal, assinale a alternativa correta:

a) A regulação objetiva foca na criação de normas e no planejamento, enquanto a subjetiva se concentra no cumprimento dos princípios da ordem econômica.

b) A regulação subjetiva diz respeito às ações que asseguram a execução dos serviços públicos, e a objetiva descreve o processo de fiscalização e mediação.

c) A forma objetiva da regulação refere-se às medidas que garantem os princípios da ordem econômica, e a forma subjetiva compreende o processo governamental de normatização e fiscalização.

d) Tanto a regulação objetiva quanto a subjetiva têm como principal objetivo a estimulação da atividade econômica sem a intervenção direta do Estado.

e) A regulação, em ambos os seus aspectos, é uma ação do setor privado que busca o bem-estar coletivo.

49. A regulação é uma atividade estatal no campo econômico que busca criar regras para determinados nichos, visando à prevenção do abuso de poder e à defesa da concorrência.

Com base na conceituação apresentada, qual das alternativas abaixo descreve corretamente o principal objetivo da regulação econômica?

a) Garantir a total ausência de intervenção estatal na economia, promovendo a livre-iniciativa de forma irrestrita.

b) Controlar os preços e a produção em todos os setores da economia, substituindo a ação do mercado pela decisão do Estado.

c) Fomentar a defesa da concorrência e prevenir o abuso de poder por agentes econômicos, por meio da criação de regras específicas.

d) Proibir a entrada de novos concorrentes no mercado, visando proteger as empresas já estabelecidas e seus investimentos.

e) Permitir que o mercado opere de forma totalmente autônoma, sem qualquer tipo de fiscalização ou normatização por parte do poder público.

50. A regulação é entendida como a atividade estatal que visa a assegurar os princípios e fundamentos da ordem econômica. Para isso, o Estado adota ações objetivas sobre os agentes econômicos, conciliando o interesse privado com o interesse coletivo.

Com base nesse conceito, qual das alternativas a seguir está em conformidade com a finalidade da regulação?

- a) A regulação busca subordinar integralmente o interesse privado ao interesse coletivo, não havendo espaço para a consideração de objetivos particulares dos agentes econômicos.
- b) A atividade regulatória estatal é um processo que se restringe a evitar a concorrência desleal, sem qualquer preocupação com a garantia de princípios mais amplos da ordem econômica.
- c) A regulação tem como objetivo principal a intervenção direta e permanente do Estado na gestão de todas as empresas, visando à nacionalização dos meios de produção.
- d) A regulação consiste em uma atividade estatal que busca equilibrar o interesse privado e o interesse coletivo, garantindo os princípios da ordem econômica através de ações objetivas sobre o mercado.
- e) O conceito de regulação se aplica apenas aos serviços públicos, sendo as demais atividades econômicas regidas exclusivamente pelas leis de mercado e pela livre-iniciativa, sem qualquer interferência estatal.

51. Em um cenário de livre mercado, a expectativa é de que a interação entre oferta e demanda leve à alocação eficiente dos recursos, gerando o máximo bem-estar social. No entanto, é reconhecido que, em diversas situações, essa alocação ótima não ocorre, caracterizando as chamadas falhas de mercado. Essas falhas, que podem ser conceituadas como situações de atipicidade no funcionamento de um nicho econômico, ocorrem quando os mecanismos de mercado não conseguem cumprir seu papel efetivamente. A existência de externalidades, a assimetria de informações entre os agentes e a presença de poder de mercado, como monopólios ou oligopólios, são exemplos clássicos de causas dessas falhas. Em tais contextos, a intervenção estatal por meio da regulação pode ser justificada para corrigir essas ineficiências e restaurar as condições ideais de funcionamento do mercado.

Com base nesse entendimento, é correto afirmar que as falhas de mercado:

- a) Representam o funcionamento ideal da economia, onde a ausência de intervenção estatal leva à alocação mais eficiente dos recursos.
- b) São situações em que o mercado consegue, por si só, internalizar todos os custos e benefícios sociais, dispensando a necessidade de regulação.
- c) Ocorrem quando há um funcionamento atípico do mercado, justificando a intervenção estatal para corrigir ineficiências e garantir a defesa da concorrência.
- d) Se restringem exclusivamente a casos de monopólio, não se aplicando a situações de assimetria de informações ou externalidades negativas.
- e) Caracterizam-se por um excesso de informação entre os agentes econômicos, gerando distorções na formação de preços e na tomada de decisões.

52. As falhas de mercado representam situações de ineficiência na alocação de recursos, nas quais os mecanismos de mercado não operam idealmente. Dentre os tipos de falhas de mercado, um deles ocorre quando um agente econômico, por possuir uma posição dominante, pode influenciar os preços ou a quantidade de produtos, distorcendo as condições de concorrência e prejudicando o bem-estar dos consumidores.

Com base nas falhas de mercado listadas a seguir, assinale a que corresponde à situação descrita no enunciado:

- a) Deficiência na Distribuição de Bens Essenciais.
- b) Externalidades Negativas.
- c) Assimetria Informativa.
- d) Poderio e Desequilíbrio de Mercado.
- e) Deficiência na Concorrência.

53. A deficiência na concorrência é uma falha de mercado que se manifesta quando um nicho da economia não oferece condições favoráveis para uma disputa saudável entre os agentes. Isso pode ocorrer devido à dominação por um agente econômico ou por fatores externos, resultando em prejuízos à livre concorrência e, consequentemente, aos consumidores. Diante disso, o Estado pode intervir com ações repressivas para coibir condutas que prejudiquem o mercado.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa que representa uma ação estatal alinhada ao combate à deficiência na concorrência.

- a) A promoção de subsídios para que uma única empresa dominante se expanda ainda mais, visando à eficiência em escala.
- b) A criação de barreiras regulatórias para dificultar a entrada de novos concorrentes em um mercado já consolidado.
- c) A aplicação de sanções administrativas e a imposição de multas a empresas que formam cartéis para manipular preços.
- d) A permissão para as empresas estabelecerem acordos de fixação de preços, se visarem à estabilidade do setor.
- e) O incentivo para o mercado atuar de forma totalmente autônoma, sem qualquer tipo de fiscalização, pois a concorrência se autorregularia.

54. Em um cenário hipotético, o setor de desenvolvimento de softwares de inteligência artificial experimenta um crescimento exponencial no Brasil. Diversas startups surgem, e a concorrência se mostra acirrada, com a entrada e saída de empresas no mercado de forma dinâmica e sem a presença de monopólios ou grandes distorções, como a dominação por um único agente econômico ou a assimetria informativa generalizada. Apesar da ausência de falhas de mercado evidentes, um novo governo, preocupado com a possibilidade de futuros abusos, decide criar uma agência reguladora e impor uma série de normas e procedimentos burocráticos para todas as empresas do setor. Essa intervenção estatal é implementada visando prevenir a ocorrência de potenciais falhas, como a formação de um oligopólio ou a exploração do consumidor por meio de cláusulas abusivas em contratos futuros. Contudo, críticos argumentam que a intervenção deveria ocorrer somente em um momento posterior, caso alguma falha de mercado fosse de fato identificada.

Com base na situação apresentada e na teoria de que a intervenção estatal no campo regulatório deveria ser repressiva, e não preventiva, assinale a afirmativa correta.

- a) A intervenção estatal preventiva, mesmo na ausência de falhas de mercado, é sempre justificada para garantir a segurança jurídica e a estabilidade de novos setores econômicos.
- b) A atuação do governo no cenário descrito está em total conformidade com o princípio de regulação repressiva ao agir para coibir uma falha de mercado já existente.
- c) A regulação preventiva, como a adotada no caso, é considerada a abordagem ideal ao evitar a ocorrência de danos ao consumidor e ao mercado antes que eles se concretizem.
- d) A intervenção descrita no caso, ao criar normas e procedimentos sem a identificação prévia de uma falha de mercado, pode ser classificada como uma regulação preventiva.

e) A abordagem repressiva de regulação pressupõe que o Estado deva intervir mesmo que não haja falhas de mercado, atuando proativamente para controlar o setor.

55. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ciente das mudanças no padrão de consumo e da crescente adoção de fontes renováveis de energia por parte dos consumidores, como a energia solar, avalia a necessidade de revisar as regras de compensação de energia para os micro e minigeradores. A proposta de alteração normativa em estudo visa estabelecer novos limites e tarifas para a injeção de energia na rede, impactando diretamente milhões de usuários e agentes econômicos do setor, como empresas instaladoras de painéis solares e as próprias distribuidoras de energia. A diretoria da agência, em uma de suas reuniões, pondera sobre a amplitude dos impactos que a nova regulamentação pode gerar, incluindo possíveis efeitos na viabilidade econômica de projetos de energia distribuída e na receita das concessionárias. Nesse contexto, a ANEEL precisa decidir sobre os procedimentos formais necessários para a validação da nova proposta regulatória, segundo as leis que preveem a análise de impacto.

Considerando o cenário e os dispositivos legais sobre a Análise de Impacto Regulatório (AIR), assinale a afirmativa correta.

- a) A ANEEL pode decidir pela alteração da norma sem a realização da AIR, uma vez que a Lei de Liberdade Econômica isenta as agências reguladoras dessa obrigação quando o objetivo é a modernização de regras existentes.
- b) A realização da AIR é um procedimento facultativo da agência reguladora, que pode optar por não a fazer, se justificar a decisão por meio de um ato administrativo simples.
- c) Como a alteração impacta tanto agentes econômicos quanto usuários, a realização da AIR é obrigatória, podendo, no entanto, ser dispensada em casos específicos previstos em regulamento da própria ANEEL.
- d) A AIR é um instituto aplicável somente à criação de novas normas, não se estendendo às propostas de alteração de atos normativos já existentes.
- e) O Art. 20 da LINDB, que exige a consideração das consequências práticas de uma decisão, torna desnecessária a AIR.

56. O Conselho Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) avalia uma proposta de alteração de uma norma técnica que regula a qualidade de um derivado de petróleo. A equipe técnica da agência, após uma análise inicial, conclui que os impactos da mudança serão limitados e de fácil mensuração, afetando um número restrito de agentes econômicos e sem causar grandes efeitos na cadeia de valor ou no consumidor final. Diante disso, o Conselho decide que a realização da Análise de Impacto Regulatório (AIR) pode ser dispensada, com base em uma das exceções previstas no regulamento da própria agência. Para formalizar a decisão e garantir a transparência do processo, a agência precisa adotar um procedimento substitutivo mínimo, conforme exigido pela legislação aplicável, que preza pela motivação e pelo embasamento técnico das decisões regulatórias.

Considerando o cenário e o procedimento exigido pela legislação quando a AIR é dispensada, assinale a afirmativa correta.

- a) A decisão de dispensar a AIR permite que o ato normativo seja publicado sem qualquer fundamentação adicional, uma vez que a lei presume que a dispensa só ocorre em casos de impacto irrelevante.
- b) Caso a AIR seja dispensada, a agência reguladora é obrigada a realizar, em substituição, uma audiência pública para coletar opiniões, tornando-se o novo requisito mínimo.
- c) Na ausência da AIR, a legislação exige, no mínimo, a disponibilização de uma nota técnica ou documento equivalente que tenha servido como base para a proposta de decisão.
- d) A dispensa da AIR, por ser uma exceção, exige que a decisão seja fundamentada com um relatório completo, tão detalhado quanto o próprio relatório de AIR.
- e) O Art. 20 da LINDB impede a dispensa da AIR, ao considerar que toda decisão que envolva agentes econômicos e consumidores deve, obrigatoriamente, ser precedida de um estudo de seus impactos.

57. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) está analisando uma proposta para a criação de uma nova norma que exigirá um padrão de embalagem mais rigoroso para todos os produtos alimentícios processados. A equipe técnica da agência, em sua análise preliminar, estima que a implementação da nova embalagem trará benefícios significativos à saúde pública, ao reduzir a contaminação. No entanto, o setor industrial de alimentos manifestou preocupação, alegando que a mudança acarretará custos de adaptação elevados para as fábricas, que precisarão investir em novos equipamentos e materiais. Segundo os empresários, esses custos seriam repassados ao consumidor, gerando um impacto inflacionário. Diante desse dilema, a ANVISA precisa de um instrumento técnico para avaliar objetivamente tanto os benefícios sanitários quanto as implicações econômicas da nova regra, de modo a decidir equilibrada e fundamentada.

Com base na situação descrita e no objetivo da Análise de Impacto Regulatório (AIR), assinale a afirmativa correta.

- a) A AIR, neste caso, deverá focar exclusivamente nos benefícios sanitários da nova embalagem, pois a saúde pública é o principal objetivo da ANVISA, e os impactos econômicos são de responsabilidade do mercado.
- b) A principal função da AIR é verificar se a nova norma atende aos interesses do setor privado, cabendo à agência aprovar a regulamentação somente se os custos para as empresas forem baixos.
- c) O objetivo da AIR é analisar as consequências econômicas da nova regulamentação, como os custos de adaptação para as empresas e o impacto no preço final, para verificar se os benefícios sociais superam os custos econômicos.
- d) Diante da ausência de uma falha de mercado evidente, a AIR não é necessária, e a decisão da ANVISA deve ser baseada apenas em seu poder discricionário.
- e) A AIR é um instrumento que visa apenas a justificar a decisão da agência, servindo como uma

formalidade burocrática para a aprovação de qualquer ato regulatório, independentemente de sua análise de mérito.

58. A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) planeja editar uma norma que autoriza as operadoras de telefonia a utilizar novos métodos de coleta e análise de dados dos usuários, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço e oferecer planos mais personalizados. A equipe técnica da agência, em seu estudo, constatou que a medida é economicamente viável e não afeta a concorrência. No entanto, a proposta gerou intenso debate entre especialistas em direito digital e organizações de defesa do consumidor, que apontam possíveis implicações jurídicas e sociais, como a violação da privacidade dos usuários e a criação de novas vulnerabilidades em relação à segurança de dados. A diretoria da ANATEL reconhece que, além da análise de viabilidade econômica, é fundamental avaliar os riscos e as consequências jurídicas e sociais da nova regulamentação antes de sua aprovação.

Com base na situação e nos objetivos da Análise de Impacto Regulatório (AIR), assinale a afirmativa correta.

- a) A AIR, por focar nos efeitos econômicos da regulação, não é o instrumento adequado para avaliar as preocupações sobre privacidade e segurança de dados, que são questões de ordem social e jurídica.
- b) O principal objetivo da AIR é garantir a viabilidade econômica do setor regulado, de forma que as preocupações de ordem jurídica e social devem ser tratadas em um processo separado.
- c) A AIR deve ser utilizada para verificar as consequências jurídicas e sociais do ato normativo, como o potencial impacto sobre a privacidade e os direitos do consumidor, além das consequências econômicas.
- d) As preocupações levantadas pelos especialistas e organizações de consumidores não têm relevância para a AIR, que se ocupa apenas dos aspectos técnicos da regulação.
- e) A decisão da ANATEL deve ser baseada na análise técnica da engenharia do novo método, e não nos debates jurídicos e sociais, que são considerados elementos subjetivos e não mensuráveis.

59. O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) está considerando uma proposta para alterar uma norma que exige a utilização de um tipo específico de dispositivo de segurança em veículos de carga. A proposta, que foi impulsionada por um lobby de fabricantes do novo dispositivo, alega que a nova tecnologia é mais eficaz na prevenção de acidentes e que a mudança seria justificada por essa melhoria. No entanto, o estudo técnico de uma entidade de pesquisa independente indicou que a diferença de eficácia entre o novo e o antigo dispositivo é marginal e que o custo de substituição para os transportadores e o impacto no consumidor final seriam substanciais. A proposta do CONTRAN está sendo defendida publicamente com base em valores abstratos como "segurança máxima", sem uma análise aprofundada das consequências práticas da mudança.

Considerando o cenário e a finalidade da Análise de Impacto Regulatório (AIR), assinale a afirmativa correta.

- a) A AIR é o instrumento ideal para justificar a proposta do CONTRAN, pois permite à agência selecionar os dados que melhor corroborem a sua decisão de adotar a nova tecnologia.
- b) A atuação do CONTRAN, ao priorizar valores abstratos como "segurança máxima", está alinhada com o que se espera de um agente regulador, pois o interesse público deve prevalecer sobre qualquer análise de custo-benefício.
- c) A AIR é uma ferramenta que busca, por meio da análise de dados e informações, evitar que decisões regulatórias sejam tomadas com base em valores jurídicos abstratos sem considerar suas consequências práticas e econômicas.
- d) A análise das consequências econômicas, como o custo de substituição para os transportadores, não é uma etapa da AIR, que se concentra apenas nas consequências jurídicas da regulamentação.
- e) A proposta de mudança, por se tratar de um tema de segurança, pode ser aprovada sem a realização de uma AIR, pois a urgência da matéria dispensa o procedimento burocrático.

60. A Análise de Impacto Regulatório (AIR) é um procedimento técnico que, nos termos da legislação brasileira, precede a adoção ou alteração de atos normativos de interesse geral. Seu objetivo é garantir que as decisões da Administração Pública considerem as consequências práticas, em consonância com o princípio da segurança jurídica.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta características do instituto da Análise de Impacto Regulatório, conforme a legislação.

- a) Obrigatoriedade em todas as esferas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, sem exceções; previsão legal exclusiva no Código de Processo Civil; regulação da metodologia por lei ordinária.
- b) Aplicação somente na esfera administrativa e controladora; o conteúdo e a metodologia da AIR são definidos pelo regimento interno de cada agência reguladora; não há hipóteses de dispensa do procedimento.
- c) Obrigatoriedade para a adoção de atos normativos que afetem agentes econômicos, consumidores e usuários; fundamento legal no Decreto-Lei nº 4.657/42, na Lei nº 13.848/2019 e na Lei nº 13.874/2019; o regimento interno das agências dispõe sobre sua operacionalização.
- d) Precedência na elaboração de atos normativos; a decisão de não realizá-la deve ser justificada por meio de uma nota técnica; o Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB) se aplica apenas à esfera judicial.
- e) Aplicação somente para atos normativos que gerem aumento expressivo de custos; a metodologia é definida por ato do Presidente da República; o procedimento não se aplica a propostas de atos formuladas por colegiados.

61. Uma agência reguladora, ao propor a alteração de uma norma que impacta o setor de gás natural, optou por realizar a Análise de Impacto Regulatório (AIR). O conselho diretor da agência busca, com esse procedimento, obter uma visão completa dos prováveis efeitos da futura regulamentação.

Nesse contexto, qual das alternativas abaixo descreve o objetivo da AIR?

- a) Garantir que a norma seja aprovada sem que haja qualquer tipo de oposição por parte dos agentes econômicos e usuários.
- b) Subsidiar a decisão do conselho diretor com informações baseadas em valores jurídicos abstratos, como o interesse público e a dignidade humana.
- c) Analisar as consequências jurídicas e econômicas da regulamentação proposta para a tomada de decisão.
- d) Focar exclusivamente nos impactos financeiros negativos para o governo, ignorando os custos e benefícios para a sociedade em geral.
- e) Permitir que a agência reguladora intervenha diretamente no mercado como empresária, suprindo falhas de distribuição de bens essenciais.

62. Um órgão da administração pública federal, ao propor a edição de um novo ato normativo para o setor de transportes, submeteu a proposta a um processo de Análise de Impacto Regulatório (AIR). A atuação do órgão foi baseada em um Decreto que regulamenta o procedimento, estabelecendo seu alcance e suas exceções.

Com base nas disposições desse Decreto, assinale a alternativa correta:

- a) O Decreto se aplica exclusivamente aos órgãos da administração pública federal direta, excluindo as autarquias e fundações públicas.
- b) As propostas de atos normativos formuladas por colegiados estão isentas da aplicação do Decreto, pois se trata de uma decisão de grupo, e não de um órgão individual.
- c) O Decreto estabelece sobre o conteúdo da AIR e as hipóteses de sua obrigatoriedade e dispensa, mas não se aplica a propostas de edição de decreto.
- d) O Decreto regulamenta o art. 5º da Lei nº 13.874/2019 e o art. 6º da Lei nº 13.848/2019, mas não dispõe sobre os quesitos mínimos a serem examinados.
- e) As propostas de atos normativos a serem submetidas ao Congresso Nacional estão incluídas no escopo de aplicação da AIR.

63. Um ministério do governo federal, ao propor a criação de um ato normativo para regulamentar um novo setor tecnológico, determinou que sua equipe técnica conduzisse um estudo detalhado. O objetivo era realizar uma avaliação antes da publicação da norma, buscando coletar informações e dados sobre os possíveis efeitos do regulamento para verificar a adequação e o alcance do impacto, com o intuito de embasar a decisão final.

O procedimento descrito acima é a essência da:

- a) Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), que se concentra nos resultados e consequências de um ato normativo já em vigor.

b) Análise de Impacto Regulatório (AIR), que consiste em uma avaliação prévia dos efeitos prováveis de um ato normativo.

c) Fiscalização do Poder de Polícia, que busca verificar o cumprimento de normas já existentes.

d) Consulta Pública, que é uma etapa obrigatória e suficiente para a elaboração de um ato normativo.

e) Deslegalização, que é o princípio da transferência de competências legislativas para órgãos reguladores.

64. A Análise de Impacto Regulatório (AIR) é compreendida como um procedimento que se destina a avaliar, de forma prévia, a razoabilidade dos efeitos de um ato normativo. Por ser um procedimento, ela é composta por uma série de elementos que contribuem para sua efetividade e legitimidade.

Considerando o procedimento da Análise de Impacto Regulatório, assinale a alternativa que apresenta corretamente os seus elementos componentes:

- a) Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), custos regulatórios, relatório de Análise de Impacto Regulatório e atualização do estoque regulatório.
- b) Plano de trabalho anual, audiência pública, Relatório de AIR e parecer jurídico.
- c) Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), consulta pública, audiência pública e planejamento estratégico.
- d) Relatório de AIR, estudo de viabilidade técnica, planejamento regulatório e avaliação de impacto ambiental.
- e) Custos regulatórios, parecer técnico, aprovação do conselho diretor e parecer jurídico.

65. A Análise de Impacto Regulatório (AIR) é um procedimento técnico fundamental para a tomada de decisão em um Estado Regulador. No entanto, sua aplicação não é irrestrita, havendo situações em que, por sua própria natureza ou objetivo, a análise pode não ser exigida.

Com base nas exceções de aplicação da AIR, assinale a alternativa correta:

- a) Um ato normativo que disponha sobre a política cambial e monetária, por ter grande impacto na economia, deve ser, obrigatoriamente, precedido da AIR.
- b) Uma agência reguladora propõe um ato normativo de efeitos concretos, com destinatários individualizados, e por isso deve realizar a AIR.
- c) Um órgão da administração pública federal edita um ato normativo que visa a consolidar outras normas sobre matérias específicas, sem alterar o mérito, e por isso a AIR não se aplica.
- d) A AIR se aplica a qualquer ato normativo que trate de segurança nacional, uma vez que o tema é de interesse público e envolve impactos diretos na sociedade.
- e) Um órgão propõe uma norma com efeitos restritos ao seu âmbito administrativo e, por isso, a AIR é exigida como forma de garantir a transparência da gestão.

66. Em um cenário de aprimoramento da governança pública, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), responsável pela regulação do setor de energia elétrica, decidiu implementar sua Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR). O objetivo da ANEEL é escolher um dos atos normativos de seu estoque para análise, a fim de verificar se o regulamento, em vigor há anos, está alcançando os objetivos pretendidos e se ainda é adequado para as condições atuais do mercado. Para a seleção do ato normativo a ser avaliado, a agência instituiu um comitê interno que deve seguir os critérios estabelecidos para a instituição da agenda de ARR.

Considerando as disposições que regem a instituição da Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), qual das opções abaixo apresenta um critério válido para a escolha de um ato normativo a ser avaliado?

- a) Escolher um ato normativo que disponha sobre política de segurança nacional, por ser uma matéria de alta relevância para o país.
- b) Selecionar um ato normativo que esteja em vigor há, no máximo, dois anos, para que sua avaliação seja mais precisa.
- c) Avaliar um ato normativo que gere problemas decorrentes de sua aplicação, ou que possua grande repercussão na economia.
- d) Focar em um ato normativo de baixo impacto, para que a avaliação seja mais célere.
- e) Optar por um ato normativo de natureza administrativa, cujos efeitos sejam restritos ao âmbito interno da agência.

67. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em conformidade com as exigências de transparência e boa governança, está se preparando para a elaboração de sua Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR). O objetivo é planejar e divulgar a análise de atos normativos já em vigor, de modo que a sociedade possa acompanhar o processo de verificação da eficácia da regulação. A agência sabe que a agenda deve ser elaborada em um prazo específico e conter elementos essenciais para sua validade.

Considerando as disposições sobre a agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), assinale a alternativa correta:

- a) A agenda de ARR deve ser divulgada anualmente, em qualquer período do ano, contendo apenas a relação dos atos normativos a serem avaliados, sem necessidade de justificativa para a escolha.
- b) A agenda de ARR deve ser divulgada no primeiro ano de cada mandato presidencial, no sítio eletrônico do órgão, e conterá a justificativa para a escolha dos atos e o cronograma para a elaboração da ARR.
- c) A agenda de ARR deve ser divulgada no último ano de cada mandato presidencial, e o processo de avaliação deverá ser concluído no primeiro ano do mandato seguinte.
- d) A agenda de ARR, por ser um documento interno, não necessita de divulgação em sítio eletrônico e deve ser concluída em até dois anos após sua publicação.
- e) O prazo para a divulgação e a conclusão da agenda de ARR é de cinco anos, a partir da edição do primeiro ato normativo a ser avaliado.

68. Uma agência reguladora, após a conclusão do processo de consulta pública sobre a proposta de um novo regulamento para o setor de saneamento, recebeu centenas de manifestações e sugestões de agentes econômicos, usuários e associações. A agência, com o objetivo de dar transparência ao procedimento e cumprir os requisitos legais, precisa organizar e analisar o material recebido antes de tomar a decisão final sobre a matéria.

Com base nas disposições que regem o processo de consulta pública, é correto afirmar que o órgão ou a entidade:

- a) Deve analisar e comentar individualmente cada uma das manifestações recebidas para garantir a plena participação social e a transparência do processo.
- b) Está proibido de agrupar manifestações por conexão ou eliminar aquelas que sejam repetitivas ou irrelevantes, pois isso representaria censura.
- c) Deve disponibilizar a análise das informações e as manifestações recebidas em seu sítio eletrônico após a decisão final, podendo agrupá-las por conexão ou eliminar as repetitivas.
- d) Não tem a obrigação de disponibilizar a análise das manifestações recebidas, uma vez que o processo de consulta pública é apenas consultivo, e não vinculante.
- e) Deve considerar todas as manifestações recebidas, independentemente de sua relevância, sob pena de vício de legalidade na decisão final.

Discursiva 1

Você já percebeu como viver no Brasil pode significar experiências muito diferentes dependendo da região? Enquanto em algumas cidades o acesso a transporte público, internet e saúde é quase imediato, em outras, a população enfrenta longas distâncias, custos altos e serviços precários. Essa desigualdade estrutural não se explica apenas pela geografia: ela é também resultado de decisões políticas, econômicas e regulatórias. Afinal, a quem interessa manter cidadãos sem acesso a energia estável, a hospitais equipados ou a comunicação de qualidade? Se serviços essenciais são condição básica para a cidadania, seria possível pensar a regulação como instrumento de justiça territorial e inclusão social?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que discuta o papel da regulação de serviços essenciais na redução das desigualdades regionais e na promoção da inclusão social no Brasil.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A tecnologia trouxe benefícios inegáveis para o aprendizado e a socialização das novas gerações. No entanto, o ambiente digital também se tornou espaço onde a infância é rapidamente substituída por comportamentos, discursos e estilos de vida tipicamente adultos. As redes sociais, em especial, têm impulsionado a exibição precoce de crianças como influenciadores digitais, muitas vezes com rotinas, responsabilidades e aparências que destoam da sua idade.

Nesse cenário, até que ponto o ambiente digital tem contribuído para o apagamento das etapas naturais da infância? E quais dilemas éticos e legais envolvem a exposição da imagem e da vida privada de crianças nesse contexto?

Elabore um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, analisando a relação entre o universo digital e a adultização da infância, com foco nos impactos desse fenômeno e nos limites éticos e legais que devem ser observados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>